

A CONSTRUÇÃO DO FEMININO NO DECORRER DA HISTÓRIA

Maria Angelica Rente

Ao falarmos em Feminino, é importante contextualizarmos do que, exatamente, estamos falando. Não podemos esquecer que os conceitos ligados às questões de gênero, assim como vários outros que permeiam a nossa cultura, são constructos teóricos. Ou seja, não podem ser vistos como categorias absolutas e pré-existentes, mas sim como conceituações que foram se moldando ao longo do tempo. A frase de Simone de Beauvoir, filósofa existencialista francesa, nunca foi tão pertinente: “não se nasce mulher, torna-se mulher”. Hoje sabemos que existem tantos Femininos quanto existem pessoas que se identificam com este gênero. O pensamento contemporâneo tende a não aceitar quaisquer determinismos - biológicos, psicológicos, culturais quando se trata das atribuições de gênero. Assim, não compreendemos mais a sexualidade como algo condicionado biologicamente, mas sim como uma construção de identidade permeada pela afetividade, independentemente daquilo revelado pelos órgãos genitais. Feminino e masculino relacionam-se com modos de ser e estar no mundo, e não somente com aquilo que a aparência física revela. Na contemporaneidade, gênero é, portanto, construção social. Conhecer de que forma o conceito do Feminino foi se configurando ao longo da história nos ajuda a compreendê-lo como tal e permite que tenhamos clareza sobre os fatores sócio-econômicos-culturais que sustentam esta construção.

Os primeiros grupamentos humanos surgiram na forma de pequenos grupos de caçadores e coletores nômades, por volta de 12.000 anos a.C. Nesta época, havia uma relativa igualdade entre os sexos, já que ambos contribuíam de forma idêntica para a sobrevivência do grupo. Segundo Beauvoir (1970, p.86), é um tempo em que *“Nenhuma instituição homologa a desigualdade dos sexos; mesmo porque não há instituições, nem propriedade, nem herança, nem direito”*. O advento da agricultura, em cerca de 10.000 a. C, permitiu que estes grupamentos se estabelecessem em locais mais adequados ao plantio. O aperfeiçoamento das técnicas de cultivo, a invenção de ferramentas, como a roda, e o início do uso de metais, principalmente o bronze, ensejaram, no decorrer de milênios, o surgimento daquilo que compreendemos por civilização.

A primeira delas, a Suméria, surgiu no Oriente Médio, por volta de 3.500 a.C. Uma civilização se configura a partir de dois pressupostos básicos: um sistema de governo formal e uma cultura, que tem por finalidade fortalecer os laços internos, promovendo a unidade do grupo e diferenciando-o do restante do mundo. Para Stearns (2007, p.31), “à medida que as civilizações se desenvolveram [...] os sistemas de gênero – relações entre homens e mulheres, determinação de papéis e definições dos atributos de cada sexo - foram tomando forma também”. As diferenças biológicas passaram a ser decisivas, já que o aumento das áreas produtivas exigiu o uso de ferramentas que precisavam de força para ser manejadas. Grande mistério e poder cercavam a mulher, por sua capacidade de gerar uma nova vida, naqueles tempos em que era desconhecida a participação do homem na reprodução. Esta era um grande mistério para os povos primitivos, e a maternidade, relacionada por eles aos ciclos da natureza e, portanto, à Grande Mãe Terra, tornou as mulheres seres temidos e respeitados, ao mesmo tempo em que eram confinadas e relegadas ao trabalho doméstico:

Terra, Mãe, Deusa, não era ela para o homem um semelhante: era *além* do reino humano que seu domínio se afirmava: estava portanto *fora* desse reino. A sociedade sempre foi masculina; o poder político sempre esteve nas mãos dos homens (BEAUVOIR, 1970, p.91).

Com o surgimento da propriedade privada fortalece-se o patriarcado e tem início a escravidão. E, assim como a terra e os escravos, as mulheres tornaram-se propriedade masculina, destinadas a uma vida sedentária e oprimida, segregadas devido à necessidade de se garantir a paternidade dos filhos e a transmissão dos bens para os herdeiros certos. Com o patriarcado definitivamente estabelecido, a mulher passa a ser considerada propriedade privada, primeiro de seu pai e depois, de seu marido, retirada de sua família de origem, muitas vezes através de compra, para entrar na lista de bens da família do esposo. Tuteladas, seres sem direito à condição de pessoas, são consideradas dignas de desprezo. Para Pitágoras, "Há um princípio bom que criou a ordem, a luz, o homem; e um princípio mau que criou o caos, as trevas e a mulher" (*apud* Beauvoir, 1970, p. 101).

Aristóteles, um dos mais influentes filósofos da história da humanidade, nascido em 384 a. C., afirmava que a mulher era um homem incompleto, e que no processo de reprodução, era o sêmen do pai que continha a semente que se transformaria em um novo ser humano. O útero da mulher era apenas um receptáculo, o solo que acolhia e alimentava a semente, fazendo-a germinar. Estas idéias perduraram até o século XIX, mesmo depois dos avanços da medicina.

Na Roma Antiga, a vida pública era âmbito exclusivamente masculino, enquanto que as mulheres eram do lar, da vida privada. Sua educação, quando existia (em famílias de posses), ia só até os 12 anos. Após isso, já eram consideradas aptas ao casamento. Aos 14 anos, eram adultas. O recato e a pudicícia eram valorizados nas meninas. A virgindade, necessária para um bom casamento. Enquanto seu pai fosse vivo, a moça obedecia a ele em todos os aspectos, inclusive na escolha de seu futuro marido. Somente após a morte do pai, se ela não fosse casada ou divorciada, tornava-se herdeira e poderia escolher com quem se casaria.

Após o século II d.C., nova moral advinda da incipiente medicina da época, que condenava os prazeres do amor por motivos de saúde, preconizava a virgindade de meninas e meninos até o casamento. Este era um dever cívico, e tinha por objetivo manter ou aumentar os bens de uma família, conservar laços dinásticos e, principalmente, conceber novos e legítimos cidadãos. Veyne (2009) afirma que o amor não era pré-requisito para a realização de um casamento. Pelo contrário, o amor apaixonado por uma mulher era condenado, já que colocava o homem na condição de seu escravo.

O casamento é apenas um dos atos da vida, e a esposa não passa de um dos elementos da casa, que compreende igualmente os filhos, os libertos, os clientes e os escravos. [...] A mulher é uma criança grande da qual se deve cuidar por causa do dote e do nobre pai (VEYNE, 2009,p.48-49).

O fortalecimento da fé cristã, que ganhou cada vez mais influência no mundo ocidental a partir do século II d.C., gradualmente transformou a Igreja em uma força onipotente, cuja moral austera e disciplina rígida imiscuíram-se

irreversivelmente na vida privada. Quanto à sexualidade, a renúncia aos prazeres carnis era exaltada, e o casamento, um recurso para aqueles que não tinham forças suficientes para manter-se no celibato. Sobre isso, escreveu Paulo de Tarso, “*é melhor casar do que arder em desejo*” (I Coríntios, 7;9). O ideário sobre sexualidade vigente no Ocidente a partir do final do século IV seguia os ditames da religião cristã. Neste paradigma, as manifestações sexuais humanas são um indício da queda de Adão e Eva que, antes de serem expulsos do paraíso, viviam em uma relação conjugal plena e harmoniosa, onde o sexo estava presente, mas inocente e livre de tensões, constituindo-se em modelo para o casamento cristão. A sexualidade humana seria, então, um arremedo deste casamento ideal, que jamais alcançaria sua perfeição, devido exatamente ao pecado original. A impossibilidade de se controlar a ereção e o orgasmo manifestavam-se, para Santo Agostinho, como sinais da cólera de Deus. De acordo com Brown (2009, p.279),

Uma *concupiscência da carne*, [...] capaz de se manifestar através destes sintomas muito precisos nas relações sexuais de pessoas casadas e requerendo uma constante vigilância moral por parte das pessoas castas, é o sinal da ruptura fatal da profunda harmonia que anteriormente reinava entre o homem e Deus, o corpo e a alma, o homem e a mulher, e da qual Adão e Eva usufruíram por algum tempo no paraíso.

Antes da Idade Média, portanto, não existia o amor romântico, tal como o conhecemos. O romance, feito de olhares, suspiros e juras de fidelidade eterna, é invenção medieval - o chamado amor cortês. As mulheres eram vistas como seres puros, celestiais e imaculados, os homens, como heróis destemidos e obstinados, dispostos a tudo para proteger e honrar sua senhora, e o amor ideal era sempre impossível de ser consumado. Contudo, este tipo de amor não tinha relação alguma com o casamento. Estes eram realizados por razões de conveniência, sobrevivência ou reprodução, para manutenção do status político e econômico. O amor romântico só passou a ser considerado como parte integrante de uma relação estável feliz depois da Revolução Industrial, com a ascensão da burguesia. Na realidade, a partir do final do século XIX, o romance tornou-se pré-requisito para o casamento, apesar dos interesses econômicos e políticos ainda serem fatores importantes (POSTER,

1979, p.185). O mito do amor materno instintivo, natural e necessário surgiu na família burguesa, sob forte influência da ciência e segundo interesses sociais. Surgida juntamente com o capitalismo, este modelo de família toma força após a Revolução Industrial. A família burguesa é essencialmente urbana e seus membros vivem em casas pouco espaçosas. Sua estrutura é nuclear – pai, mãe e filhos – e é nesse período que surge o planejamento familiar em larga escala. O casamento era feito atendendo a interesses sociais e financeiros, mas há o surgimento do ideal de um amor romântico que, obviamente, só poderia ser concretizado se não contrariasse estes interesses. A mulher era considerada um ser assexuado, puro, além de menos capaz e menos racional que o homem, ficando restrita às atividades domésticas e de cuidados com os filhos. O mundo feminino era o interior de sua casa, onde deveria reinar as mais profundas paz e ordem. O relacionamento sexual entre marido e mulher tinha fins estritamente reprodutivos, e a sexualidade feminina era fortemente reprimida. À mulher era negado qualquer prazer e o homem satisfazia seus desejos fora de casa. A família passou a se estruturar em torno da criança, que recebia todo o afeto e atenção por parte de sua mãe. A mãe era totalmente responsável pelos cuidados com os filhos, não podendo mais dispor das redes de apoio femininas que existiam em famílias estendidas, o que acabava por criar um relacionamento cheio de ansiedade entre mãe e filhos. Este modelo ainda prevalece em muitos casos nos dias atuais, mesmo que tenhamos vivido, na década de 1960, o que se convencionou chamar de “revolução sexual”, que teve seu grande apogeu após a invenção da pílula anticoncepcional. Em 1974, Shere Hite publicou seu Relatório Hite – um estudo sobre a sexualidade feminina, que apresentava as experiências sexuais das mulheres entrevistadas através de suas próprias palavras, o que causou uma grande mudança na percepção sobre a sexualidade feminina pelas próprias mulheres.

Hoje se entende que, para muito além das questões biológicas, o gênero é uma construção social. Neste ponto de vista, antes de sermos definidos pela nossa orientação sexual, somos, primariamente, seres em busca de transcendência e auto-atualização. Alguns teóricos, como a filósofa estadunidense Judith Butler, questionam inclusive a dicotomia biológica do sistema sexual binário vigente, que só admite a existência de duas

possibilidades: homens ou mulheres. Para eles, a única justificativa para a manutenção deste esquema binário é o interesse cultural. A noção de Feminino, como culturalmente o entendemos, tem sido então desconstruída, e passa, portanto, a se referir a um modo de ser-no-mundo acessível a todos os humanos e que não tem relação direta e necessária com o fato de se possuir um aparato genital de fêmea, biologicamente falando. Isso abre, na atualidade, inúmeras possibilidades existenciais, inclusive a de transitar entre os territórios tradicionalmente femininos e masculinos, sem a necessidade de fixar-se em nenhum deles.

Referências

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BIBLIA Católica online. Disponível em: <http://www.bibliacatolica.com.br/02/53/7.php>. Acesso em: 25ago2009.

BROWN, Peter. Antiguidade tardia. In: VEYNE, Paul (org.) **História da vida privada**: do império romano ao ano mil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. Cap. 2, p. 213-284.

GALLINA, Justina F. Pós-feminismo através de Judith Butler. **Revista Estudos Femininos**, vol.14 ,no.2, Florianópolis, maio-set 2006.

LINS, Regina Navarro. **A cama na varanda**. Rio de janeiro: Best Seller, 2007.

POSTER, Mark. **Teoria crítica da família**. Rio de janeiro: Jorge Zahar, 1979.

STEARNS, Peter N. **História das relações de gênero**. São Paulo: Contexto, 2007.

ROUCHE, Michel. Alta idade média ocidental. In: VEYNE, Paul (org.) **História da vida privada**: do império romano ao ano mil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. Cap. 4, p. 403-532

VEYNE, Paul. O império romano. In: VEYNE, Paul (org.) **História da vida privada**: do império romano ao ano mil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. Cap. 1, p. 17-211.